



TOBIAS

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**RELATÓRIO DE FUNDAMENTOS TÉCNICOS
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO - INSS**

MUNICÍPIO DE BARRA DO GUARITA/RS

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2010.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 400	Rub. -

Sumário

1.Introdução.....	3
2.Identificação dos créditos.....	3
3.Fundamentos Jurídicos da Recuperação.....	3
3.1Recuperação do valor pago a maior cujo lançamento foi homologado tacitamente pela Receita.....	4
3.1.1 Base Jurídica.....	4
3.1.2 Fatos analisados no presente caso.....	6
3.1.2.1 Prazo prescricional – “cinco mais cinco anos”.....	7
3.2Pagamento indevido sobre agentes políticos.....	8
3.2.1 Base Jurídica.....	8
3.2.2 Prazo prescricional - Resolução do Senado Federal n. 26/2005.....	12
3.4 Do Protesto Judicial – Interrupção do Prazo Prescricional.....	15
4.Planilha Discriminativa de Crédito.....	16
4.1Planilha Discriminativa dos Agentes Eletivos.....	18
5.Conclusão.....	18



1. Introdução

O Município de Barra do Guarita/RS contratou **TOBIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS** com o objetivo de identificar e recuperar créditos tributários pagos indevidamente ou a maior, com ênfase naqueles cuja cobrança foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, através do presente Relatório, trazemos ao vosso conhecimento a planilha discriminativa dos créditos identificados e levantados da Prefeitura Municipal, bem como os fundamentos jurídicos para recuperação dos créditos tributários.

2. Identificação dos créditos

A identificação dos créditos passou por minuciosa análise de todos os pagamentos efetuados pelo município ao longo dos últimos dez anos. Foram levantadas todas as GFIPs¹ declaradas ao INSS (hoje Receita Federal do Brasil), bem como os pagamentos realizados nesse período.

Após análise dos relatórios solicitados por nossa equipe e emitidos pela Receita Federal (CCORGFIP, DCBC, DNA, GFIPWEB, dentre outros), concluiu-se que o município efetuou recolhimento de contribuição previdenciária a maior, no período de Set/2000 a Nov/2004, na importância total de R\$ 248.939,63 (duzentos e quarenta e oito mil reais e sessenta e três centavos), já devidamente atualizado pela SELIC até 31/03/2010.

Com base neste crédito é que foram iniciados os procedimentos para recuperação administrativa de tais valores, com base no direito destrinchado adiante.

3. Fundamentos Jurídicos da Recuperação

¹ A sigla GFIP significa Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, compreendendo o conjunto de informações destinadas ao FGTS e à Previdência Social.



3.1 Recuperação do valor pago a maior cujo lançamento foi homologado tacitamente pela Receita

3.1.1 Base Jurídica

Como informa a lição de Hugo de Brito Machado², existem três modalidades de lançamento de tributo: de ofício, por declaração e por homologação.

Diz-se lançamento *de ofício* quando é feito por iniciativa da autoridade administrativa, independentemente de qualquer colaboração do sujeito passivo. Como exemplo temos o IPTU.

Por declaração é o lançamento feito pela autoridade em face de declaração fornecida pelo contribuinte. Recebidas as declarações, o Fisco as submete à apreciação dos seus órgãos competentes, expedindo, ao final, uma notificação de lançamento, especificando o montante do tributo devido e o prazo (previsto em lei) para cumprimento da obrigação. Como exemplo temos o Imposto de Importação.

Por homologação é o lançamento feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de prestar informações e antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa no que concerne à sua determinação. O lançamento opera-se, neste caso, quando a autoridade expressamente o homologa, através da declaração prestada e do valor pago. Como exemplo, temos as contribuições previdenciárias, o imposto de renda, o PIS e a COFINS, dentre outros.

Se a lei fixar um prazo para a homologação, e a autoridade não a praticar expressamente, ter-se-á a homologação tácita no momento em que se expirar o prazo.

Assim, se o sujeito passivo (no caso o Município), em seu lançamento, prestou à autoridade administrativa as informações a que estava obrigado sobre a apuração do valor do tributo (GFIP declarada), e pagou determinado valor, decorrido o prazo de cinco anos, ocorrerá a homologação tácita deste lançamento, e o crédito tributário do ente tributante estará definitivamente extinto.

² MACHADO, Hugo de Brito, Curso de Direito Tributário, 24ª Ed., Malheiros Editores, 2004, pg. 172 e seqs.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 409	Rub.

No caso em análise, o tributo é *lançado por homologação*, ou seja, o contribuinte informa a Receita quanto deve e faz o pagamento antecipadamente. Neste sentido o artigo 32 da Lei 8.212/91:

Art. 32. A empresa é também obrigada a:

I - preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Seguridade Social;

II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos;

III - prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de seu interesse, na forma por ela estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV - **declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma, prazo e condições estabelecidos por esses órgãos, dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores devidos da contribuição previdenciária e outras informações de interesse do INSS ou do Conselho Curador do FGTS;** (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

A União Federal, por sua vez, possui 5 (cinco) anos para homologar o lançamento efetuado pela empresa, no caso o município. É o que dispõe o Código Tributário Nacional:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; **expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito**, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 410	Rub. /

Não é demais salientar que a Lei 8.212/91, onde estabelecia que o prazo seria de 10 (dez) anos para que a Fazenda homologasse ou não os lançamentos, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal:

Súmula Vinculante nº 8

"São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569 /77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212 /91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".

Portanto, passados 5 (cinco) anos do fato gerador sem que a Fazenda se manifeste acerca dos valores lançados, estes são considerados homologados tacitamente.

3.1.2 Fatos analisados no presente caso

No caso, foi identificado que houve pagamento a maior que os valores declarados como devidos, pagamentos estes devidamente homologados tacitamente. Não há, portanto, uma declaração expressa de que o pagamento a maior foi homologado, mas uma consequência lógica da aplicação do CTN e da Súmula 08 do STF, que tem caráter vinculante à administração pública.

Em outros termos, como se demonstra na planilha discriminativa de crédito, há competências onde o **valor declarado** é inferior ao **valor pago e homologado pela Receita**.

Apenas a título de exemplo, pegamos a competência 10/2000:

COMPETÊNCIA	VALOR DECLARADO	VALOR PAGO
11/2001	4.513,17	6.134,03

Destarte, deve o contribuinte requerer a restituição do valor pago a maior, ou a sua compensação, com base no art. 165 do CTN:



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 411	Rub. /

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

O pagamento de tributo maior que o devido foi verificado através da análise de informações prestadas pela Receita Federal, que apresentam os valores declarados como devidos e os valores efetivamente recolhidos (CCORGFIP – Consulta de valores a recolher x valores recolhidos – anexo I). Saliente-se que no mesmo relatório é informado se o valor informado e o recolhido foram objeto de Lançamento de Débito, ou seja, se foram ou não homologados pela Receita.

3.1.2.1 Prazo prescricional – “cinco mais cinco anos”

O prazo para requerer a restituição ou compensação dos valores pagos a maior é de 10 (dez) anos (cinco + cinco) no presente caso.

Como informa o artigo 168, I, do CTN, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o prazo de 5 (cinco) anos, **contados da data da extinção do crédito tributário.**

E, no caso, o crédito tributário se extinguiu definitivamente cinco anos após o fato gerador, como expõe o art. 150, par. 4º. do CTN:

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, **considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito**, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.



Em resumo, do fato gerador à homologação tácita são cinco anos. Com a homologação tácita se dá a extinção definitiva do crédito (art. 150, par. 4o, CTN). Da extinção definitiva do crédito ao fim do direito a se pleitear a restituição são mais cinco anos (Art. 168, I, CTN).

Portanto, com base no Código Tributário Nacional, temos que o prazo para restituição do indébito é de 10 (dez) anos a partir do fato gerador, caso a homologação do lançamento tenha ocorrido de forma tácita, após 5 (cinco) anos do fato gerador.

3.2 Pagamento indevido sobre agentes políticos

3.2.1 Base Jurídica

A Constituição Federal disciplinou as contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento na forma do art. 195, que em sua redação original, aplicável à época, dispunha:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro;

Diante desta norma constitucional surgiu a Lei 9.506/97, que inovou e determinou a ampliação da base de cálculo das contribuições previdenciárias aos agentes políticos:

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social; (Alínea acrescentada pela Lei nº 9.506, de 30.10.97) (Vide Resolução do Senado Federal nº 26, de 2005)



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 4/3	Rub. /

O Supremo Tribunal Federal, em 2003, declarou inconstitucional esta nova disposição legal, que determinava a incidência de contribuição previdenciária sobre agentes eletivos - Recurso Extraordinário 351.717-1.

A questão restou pacificada através da Resolução nº 26, do Senado Federal, de 21 de junho de 2005, que, em seu artigo 1º, suspendeu a eficácia da cobrança do INSS sobre agentes políticos, efetuadas com base na Lei 9.506/97. Veja o inteiro teor da norma:

RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL Nº 26 DE 21.06.2005

D.O.U.: 22.06.2005

Suspende a execução da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da alínea "h" do Inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo § 1º do art. 13 da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, em virtude de declaração de Inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 351.717-1 - Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de junho de 2005

Senador RENAN CALHEIROS

(grifo nosso)

Tal espécie de decisão tem o poder de vincular a Administração Pública, conforme o Decreto 2.346, de 1997:

Art. 1º As decisões do Supremo Tribunal Federal que fixem, de forma inequívoca e definitiva, interpretação do texto constitucional deverão ser uniformemente observadas pela



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Administração Pública Federal direta e Indireta, obedecidos aos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

§ 1º Transitada em julgado decisão do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em ação direta, a decisão, dotada de eficácia ex tunc, produzirá efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional, salvo se o ato praticado com base na lei ou ato normativo inconstitucional não mais for suscetível de revisão administrativa ou judicial.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se, igualmente, à lei ou ao ato normativo que tenha sua Inconstitucionalidade proferida, incidentalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, após a suspensão de sua execução pelo Senado Federal.

Assim, a PORTARIA MPS nº 133, de 2 de maio de 2006, de autoria do Ministro de Estado da Previdência Social, aclarou à Administração Pública que a Resolução do Senado deveria ser cumprida:

Considerando a Resolução nº 26 do Senado Federal, de 21 de Junho de 2005, que suspende a execução da alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo § 1º do art.13 da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, em virtude de declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 351.717-1 - Paraná, e Considerando que a suspensão da execução determinada pela Resolução nº 26 do Senado Federal **produz efeitos ex tunc, ou seja, desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional**, de acordo com o § 2º do art. 1º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, resolve:

Claro, portanto, que a Portaria tem base na decisão do STF e do Senado Federal, e que o Ministério da Previdência admite que a resolução tem efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional.

Diz ainda a norma:



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 2º Deverão ser cancelados ou retificados, conforme o caso, todos os débitos oriundos das contribuições referidas nesta Portaria, independente da fase em que se encontram, observadas as disposições referentes às contribuições descontadas.

Vê-se, desta forma, que o contribuinte tem direito ao cancelamento de todo valor incluído em débito, parcelado ou não, decorrente do não pagamento da contribuição previdenciária sobre agentes políticos.

A norma em tela ainda deixa evidente o direito a restituição de valor pago à época, bastando para tal que sejam respeitados os seguintes quesitos:

Art. 4º Eventual compensação ou pedido de restituição por parte do ente federativo observará as seguintes condições:

I - será precedido de retificação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social - GFIP;

II - quando envolver valores descontados, será necessariamente precedido de declaração do exercente de mandato eletivo de que está ciente que esse período não será computado no seu tempo de contribuição para efeito de benefícios de Regime Geral de Previdência Social, bem como da comprovação de devolução dos recursos ao segurado ou de autorização deste; e

III - obedecerá ao prazo prescricional previsto em lei.

Neste ponto, importante destacar que a compensação realizada atinge apenas o valor pago pelo município (parte patronal). Ou seja, **não envolve os valores descontados dos agentes eletivos. Portanto, o Inciso II acima não se aplica ao presente caso, pois a recuperação, repleta-se, não envolve valores descontados.**

Continuando, a recém editada Instrução Normativa n. 900 de 2008, da Receita Federal, informa quanto a possibilidade de compensação com débitos vincendos:

Art. 44. O sujeito passivo que apurar crédito relativo às contribuições previdenciárias previstas nas alíneas "a" a "d" do inciso I do parágrafo único do art. 1º, passível de restituição ou de reembolso, poderá utilizá-lo na compensação de contribuições previdenciárias correspondentes a períodos subsequentes.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 416	Rub. -

Evidente, deste modo, a possibilidade de utilizar tais créditos na compensação de contribuições previdenciárias a vencer.

3.2.2 Prazo prescricional - Resolução do Senado Federal n. 26/2005

Em contraposição à regra dos cinco mais cinco, outra interpretação também pode ser dada na recuperação de créditos sobre agentes eletivos.

Conforme noticiado, o Senado Federal publicou em 22 de junho de 2005 resolução expurgando do mundo jurídico a alínea "h" do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que determinava a incidência de contribuição previdenciária sobre agentes políticos.

A partir da publicação desta decisão, começou a correr o prazo de 5 anos para que o contribuinte manifestasse pela restituição destas contribuições. Vejamos um entendimento do Superior Tribunal de Justiça neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL - TRIBUTÁRIO - PIS - DECRETOS-LEIS NS. 2.445/88 E 2.449/88 - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL - RESOLUÇÃO N. 49 DO SENADO FEDERAL. Não há na decisão atacada qualquer omissão, contradição ou obscuridade, pois apreciada toda a matéria recursal devolvida. O Decreto-lei n. 2.445/88, alterado posteriormente pelo Decreto-lei n. 2.449/88, introduziu modificações essenciais na sistemática de cobrança, na alíquota e na base de cálculo do PIS, inclusive, quanto à semestralidade prevista no artigo 6º, parágrafo único da LC n. 7/70 (cf. REsp 240.938/RS, DJU 15.05.2000, Rel. Min. José Delgado). **Ambos os diplomas, porém, tiveram sua eficácia suspensa pela Resolução n. 49 do Senado Federal, após a declaração de Inconstitucionalidade pela Excelsa Corte no Recurso Extraordinário 148.754-2/210/RJ.** Verifica-se, portanto, que a declaração de Inconstitucionalidade dos referidos Decretos-leis não é questão alheia à semestralidade da contribuição para o PIS. Ao serem banidos do ordenamento jurídico os mencionados diplomas, a sistemática de cobrança do PIS voltou a ser aquela estabelecida na Lei Complementar n. 7/70, inclusive no que se refere ao seu artigo 6º, parágrafo único (cf. REsp 529.606/RS, DJU de 03.11.2003, relatado por este magistrado). **Esta Corte já pacificou o entendimento no sentido de que o termo a quo do lapso prescricional para pleitear a restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de PIS é o da**

12



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Resolução do Senado que suspendeu a execução dos Decretos-leis ns. 2.445/88 e 2.449/88, declarados Inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal por meio do controle difuso. Embargos de declaração rejeitados. (EDRESP 200301598025, FRANCIULLI NETTO, STJ - SEGUNDA TURMA, 10/11/2006)

O Supremo Tribunal Federal também proferiu entendimento sobre o prazo para restituição de indébito tributário como sendo a partir do conhecimento de que o tributo consolidado como indevido para todos (ou seja, da Resolução do Senado).

Vejamos as seguintes ementas:

Empréstimo compulsório (DI. 2.288/86, art. 10): incidência na aquisição de automóveis, com resgate em quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento: inconstitucionalidade não apenas da sua cobrança no ano da lei que a criou, mas também da sua própria instituição, já declarada pelo Supremo Tribunal (RE 121.336, Plen., 11.10.90, Pertence): **direito do contribuinte a repetição do indébito, independentemente do exercício em que se deu o pagamento indevido.**

(RE 136883, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/08/1991, DJ 13-09-1991 PP-12491 EMENT VOL-01633-02 PP-00276 RTJ VOL-00137-02 PP-00936)

EMENTA: - CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. EMPRESTIMO COMPULSORIO. INCIDENCIA NA AQUISIÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES. DECRETO-LEI N. 2.288/86. INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDEBITO. **Declarada a Inconstitucionalidade das normas instituidoras do empréstimo compulsório incidente na aquisição de automóveis (RE 121.336), surge para o contribuinte o direito a repetição do indébito, independentemente do exercício financeiro em que se deu o pagamento indevido.** Recurso extraordinário conhecido e provido.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS



(RE 136805, Relator(a): Min. FRANCISCO REZEK, SEGUNDA TURMA, julgado em 29/03/1994, DJ 26-08-1994 PP-21891 EMENT VOL-01755-01 PP-00182)

Nesse mesmo sentido, o Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda acompanhou:

RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE INDÉBITO - CONTAGEM DO PRAZO DE DECADÊNCIA - INTELIGÊNCIA DO ART. 168 DO CTN.

O prazo para pleitear a restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente é sempre de 5 (cinco) anos, distinguindo-se o início de sua contagem em razão da forma em que se exterioriza o indébito. (...). Todavia, se o indébito se exterioriza no contexto de solução jurídica conflituosa, o prazo para desconstituir a indevida incidência só pode ter início com a decisão definitiva da controvérsia, como acontece nas soluções jurídicas ordenadas com eficácia erga omnes, pela edição de resolução do Senado Federal para expurgar do sistema norma declarada inconstitucional, ou na situação em que é editada Medida Provisória ou mesmo ato administrativo para reconhecer a impertinência da exação tributária anteriormente exigida." (sem grifo no original)

(Ministério da Fazenda - 1º Conselho de Contribuintes - 8ª Câmara, Processo nº 13971.000409/97-32, Recurso nº 118.858, Acórdão nº 108-05.791, J. em 13 de julho de 1.999)

1º Conselho de Contribuintes / 1a. Câmara / ACÓRDÃO 101-95.604 em 22.06.2006

IRPJ - Ex(s): 1992

RESTITUIÇÃO DE TRIBUTO. - PRESCRIÇÃO. - CONTAGEM DO PRAZO. - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 168 DO CTN - O prazo fixado para pleitear a restituição de tributos indevidamente pagos é de 5 (cinco) anos, tendo a distinguir o marco inicial de sua contagem tão-somente a forma na qual se exterioriza o indébito. Se o crédito exsurge da iniciativa unilateral do sujeito passivo, calcado em situação fática não litigiosa, o prazo tem início a partir da data do pagamento que se considera indevido. **No entanto, se o indébito se exterioriza no contexto de solução jurídica conflituosa, o prazo para desconstituir a indevida incidência só pode ter início com a decisão**

14



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 419	Rub. 7

definitiva da controvérsia, como acontece nas soluções jurídicas ordenadas com eficácia erga omnes, pela edição de resolução do Senado Federal para expurgar do sistema jurídico norma declarada Inconstitucional, ou na situação em que é editada Medida Provisória ou mesmo Ato Administrativo para reconhecer a impertinência de exação tributária anteriormente exigida.

"DECADÊNCIA - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - TERMO INICIAL - Em caso de conflito quanto à legalidade da exação tributária, o termo inicial para contagem do prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente inicia-se:

- a) da publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em ADIN;
- b) da Resolução do Senado que confere efeito erga omnes à decisão proferida inter partes em processo que reconhece Inconstitucionalidade de tributo;
- c) da publicação de ato administrativo que reconhece caráter indevido de exação tributária ." (Ac. nº CSRF/01-04.577, de 2003).

Recurso conhecido e provido.

Por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, para afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos à DRJ competente para o exame do mérito do pedido.

Manoel Antonio Gadelha Dias - Presidente

Publicado no DOU em: 22.09.2006

Relator: Sebastião Rodrigues Cabral

Recorrente: EDITEL LISTAS TELEFÔNICA S.A.

Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR

Por assim dizer, a recuperação do indébito sobre agentes políticos teve força até **22 de junho de 2010**, quando então a Resolução do Senado Federal n. 26/2005 completou os cinco anos, estando, portanto, as compensações revestidas de caráter legal e dentro do prazo prescricional.

3.4 Do Protesto Judicial - Interrupção do Prazo Prescricional

Consoante o Código Tributário Nacional, o prazo prescricional se interrompe com a apresentação de Protesto Judicial, na forma do Art. 174, parágrafo único, II, *in verbis*: 15



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 420	Rub. /

Art. 174 (...)

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

II - pelo protesto judicial.

Seguindo os parâmetros oferecidos pelo Código Tributário Nacional, informamos que o escritório de advocacia contratado ingressou com Ação Cautelar de Protesto Judicial em favor do Município de Barra do Guarita/RS, visando exclusivamente à interrupção do prazo prescricional³.

Assim, tal fato propiciou à municipalidade a interrupção do prazo prescricional decenal (cinco mais cinco) que ocorreria em **09/06/2010** para as contribuições pagas indevidamente e **22/06/2010** para as contribuições pagas indevidamente sobre agentes políticos, conforme Resolução Senado 26/2005, contando-se o novo prazo de dois anos e meio pela frente a partir da intimação.

4. Planilha Discriminativa de Crédito

A planilha que segue no Anexo II, traz em seu bojo os números utilizados para se chegar ao valor do crédito do Município (Prefeitura Municipal). As informações ali constantes foram extraídas da Receita Federal.

Abaixo segue um breve glossário para facilitar o entendimento da planilha apresentada:

- Coluna A - Competência a que se refere o crédito analisado.
- Coluna B - Valor total declarado à época como devido, incluindo o valor incidente sobre os agentes políticos (quando existente). Esta informação foi retirada da CCORGFIP na coluna "Valor a Recolher" (Valor Declarado).
- Coluna C - Valor declarado como devido apenas a título de agentes políticos, parte da empresa (alíquota de 20%) com o RAT, que é o valor declarado como devido, e

³ O processo em nome do Município pode ser verificado através do número de protocolo **5010381-24.2010.404.7100**, no site www.trf4.jus.br.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 421	Rub. -

incidente sobre os agentes políticos. A alíquota é de 1%, porém nem sempre houve o pagamento deste adicional. Dados retirados dos DCBC's. Para facilitar, desenvolvemos um relatório com os valores utilizados nesta Coluna (Anexo III)

- Coluna D - Valor do RAT declarado como devido, e incidente sobre os agentes políticos. Porém, nem sempre houve o pagamento deste adicional.
- Coluna E - Valor devido é o resultado da subtração do valor declarado com o valor de agentes políticos e o RAT;
- Coluna F - Valor Pago, é o valor líquido pago à época pelo município. Este valor não inclui valores pagos a título de juros ou multa, caso o pagamento tenha ocorrido em atraso. Esta informação foi retirada da CCORGFIP na coluna "Valor Líquido" (Valor Pago).
- Coluna G - É o valor pago a maior. Chega-se ao mesmo extraíndo-se do valor total pago, o valor efetivamente devido.
- Coluna H - Juros SELIC, calculados a partir do mês seguinte ao do pagamento, e acumulados até o mês anterior ao início da recuperação, conforme artigo 896 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999, aprovado pelo Decreto nº 3.000/99.
- Coluna I - Valor dos Juros (atualização), encontrado pela multiplicação do valor pago a maior com os Juros SELIC.
- Coluna J - Total atualizado é o crédito de valores pagos a maior somado com a atualização pela SELIC.
- Coluna K - Caso haja a marca "D", significa que o valor declarado foi objeto de novo lançamento (NFLD). Caso não haja qualquer marca, o valor declarado foi homologado pela Receita.
- Coluna L - Demonstra quando a GFIP original foi modificada por outra (S) ou não (N).

Observa-se que foram excluídas das planilhas apresentadas as competências cujo valor pago foi inferior ao valor declarado como devido. 17



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 422	Rub. /

Também foram excluídas as competências onde foi identificado que o valor declarado não foi homologado pela Receita.

Ainda, foram retirados das planilhas os valores que já se encontram fulminados pela prescrição decenal (10 anos).

4.1 Planilha Discriminativa dos Agentes Eletivos

As planilhas que seguem no Anexo III, informam os valores declarados pelo município como devido a título de agentes eletivos.

Compõem as planilhas o número do PIS/PASEP/Nit do agente eletivo, seu nome, a remuneração declarada como base de cálculo para incidência da contribuição previdenciária à época, a data de admissão do agente eletivo, data de seu afastamento, e a contribuição da empresa (do município).

É a soma da contribuição da empresa sobre os agentes eletivos, por competência, que gera o valor utilizado na Coluna C das Planilhas Principais.

5. Conclusão

Ante o exposto, foi apresentado o Relatório de Fundamentos Técnicos que embasa os trabalhos executados por este escritório em favor do Município, restando atendidas as obrigações elencadas no contrato de prestação de serviços em questão.

Destacamos, outrossim, que permanece o compromisso de defesa dos interesses do município para o caso de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que envolva os trabalhos executados, tal como previsão da letra "g" da Cláusula Terceira do aludido contrato.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima e apreço e permanecemos à disposição para atendê-los no que ainda for necessário.



TOBIAS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 423	Rub. /

Marjorye Antunes Tobias Bezerra
OAB/RS 64.259

Documentos anexos:

Anexo I – CCORGFIP

Anexo II – Planilhas de Créditos

Anexo III – Relatório de Agentes Políticos

Anexo IV – Declarações de Compensações

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

Emitido em: 28/09/2009 às 14:44:24

Página 1/10

COMPETÊNCIA : 11/2001

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		299,00		59,80
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		299,00		59,80
Total da Categoria :					698,00		119,60

COMPETÊNCIA : 12/2001

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		299,00		59,80
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		299,00		59,80
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		299,00		59,80
Total da Categoria :					897,00		179,40

COMPETÊNCIA : 13/2001

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		299,00		59,80
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		299,00		59,80
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		299,00		59,80
Total da Categoria :					897,00		179,40

Total do Ano 2001 : 2.392,00 478,40

COMPETÊNCIA : 01/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		395,00		79,00
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		395,00		79,00
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		395,00		79,00
Total da Categoria :					1.185,00		237,00

COMPETÊNCIA : 02/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		299,00		59,80
148	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/2001		299,00		59,80
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		299,00		59,80
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		299,00		59,80
Total da Categoria :					1.196,00		239,20

COMPETÊNCIA : 03/2002

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		299,00		59,80
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		299,00		59,80
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		299,00		59,80
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		299,00		59,80
Total da Categoria :					1.196,00		239,20

COMPETÊNCIA : 04/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		299,00		59,80
148	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/2001		299,00		59,80
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		299,00		59,80
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		299,00		59,80
Total da Categoria :					1.196,00		239,20

COMPETÊNCIA : 05/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		388,70		77,74
148	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/2001		388,70		77,74
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		388,70		77,74
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		388,70		77,74
Total da Categoria :					1.554,80		310,96

COMPETÊNCIA : 06/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
148	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/2001		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77
Total da Categoria :					1.375,40		275,08

COMPETÊNCIA : 07/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77
Total da Categoria :					1.375,40		275,08

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

Emitido em: 28/09/2009 às 14:44:24

Página 3/10

COMPETÊNCIA : 08/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77
Total da Categoria :					1.375,40		275,08

COMPETÊNCIA : 09/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77
Total da Categoria :					1.375,40		275,08

COMPETÊNCIA : 10/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		458,66		91,73
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		458,66		91,73
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		458,66		91,73
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		458,66		91,73
Total da Categoria :					1.834,64		366,83

COMPETÊNCIA : 11/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77
Total da Categoria :					1.375,40		275,08

COMPETÊNCIA : 12/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 422	Rub. -

Emitido em: 28/09/2009 às 14:44:24

Página 4/10

Total da Categoria : 1.375,40 275,08

COMPETÊNCIA : 13/2002

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		343,85		68,77
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77

Total da Categoria : 1.375,40 275,08

Total do Ano 2002 : 17.790,24 3.558,05

COMPETÊNCIA : 01/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		458,66		91,73
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		458,66		91,73
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		630,59		126,12
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		458,66		91,73

Total da Categoria : 2.006,57 401,31

COMPETÊNCIA : 02/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		343,85		68,77
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		343,85		68,77
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		515,78		103,16
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		343,85		68,77

Total da Categoria : 1.547,33 309,47

COMPETÊNCIA : 03/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		458,66		91,73
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		458,66		91,73
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		630,59		126,12
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		458,58		91,72

Total da Categoria : 2.006,49 401,30

COMPETÊNCIA : 04/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		550,39		110,08

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997	550,39	110,08
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001	756,70	151,34
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001	550,39	110,08
Total da Categoria :				2.407,87	481,57

COMPETÊNCIA : 05/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		412,62		82,52
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		618,93		123,79
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		412,62		82,52
Total da Categoria :					1.856,79		371,36

COMPETÊNCIA : 06/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		412,62		82,52
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		618,93		123,79
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		412,62		82,52
Total da Categoria :					1.856,79		371,36

COMPETÊNCIA : 07/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		550,39		110,08
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		1.743,79		348,76
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		550,39		110,08
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		971,59		194,32
255	1.216.043.247-6	JOSEMAR MAGAGNOIN	01/01/2001		2.583,12		516,62
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		2.652,10		530,42
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		550,39		110,08
256	1.801.437.653-1	CESAR TADEU PAIER	01/01/2001		1.937,40		387,48
Total da Categoria :					11.539,17		2.307,83

COMPETÊNCIA : 08/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		412,62		82,52
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		412,62		82,52
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		412,62		82,52

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

255	1.216.043.247-6	JOSEMAR MAGAGNOIN	01/01/2001	2.583,12	516,62
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001	618,93	123,79
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001	412,62	82,52
256	1.801.437.653-1	CESAR TADEU PAIER	01/01/2001	1.722,00	344,40
Total da Categoria :				6.887,15	1.397,43

COMPETÊNCIA : 09/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		412,62		82,52
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		412,62		82,52
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		412,62		82,52
255	1.216.043.247-6	JOSEMAR MAGAGNOIN	01/01/2001		2.583,12		516,62
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		412,62		82,52
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		1.742,13		348,43
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		412,62		82,52
270	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/06/2003		412,62		82,52
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		206,31		41,26
272	1.901.533.603-5	VALMIR WAGNER	01/09/2003		206,31		41,26
Total da Categoria :					7.626,21		1.525,24

COMPETÊNCIA : 10/2003

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		309,47		61,89
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		412,62		82,52
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		412,62		82,52
282	1.196.106.008-0	EGIDIO MOREIRA	01/10/2003		103,15		20,63
255	1.216.043.247-6	JOSEMAR MAGAGNOIN	01/01/2001		2.563,12		512,62
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		206,30		41,26
283	1.231.517.877-2	VILIMAR COCENSKI	01/10/2003		412,62		82,52
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		618,93		123,79
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		412,62		82,52
270	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/06/2003		412,62		82,52
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		412,62		82,52
272	1.901.533.603-5	VALMIR WAGNER	01/09/2003		206,31		41,26
Total da Categoria :					6.483,00		1.286,60

Total do Ano 2003 : 44.317,37 8.863,47

COMPETÊNCIA : 01/2004

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		756,70		151,34
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		550,39		110,08
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		550,39		110,08
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		550,39		110,08
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		550,39		110,08
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		550,39		110,08
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		550,39		110,08
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		550,39		110,08
Total da Categoria :					5.022,05		1.004,41

COMPETÊNCIA : 02/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		618,93		123,79
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		412,62		82,52
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		412,62		82,52
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		412,62		82,52
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		412,62		82,52
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		412,62		82,52
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		412,62		82,52
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		412,62		82,52
Total da Categoria :					3.919,89		783,98

COMPETÊNCIA : 03/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		412,62		82,52
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		618,93		123,79
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		412,62		82,52
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		412,62		82,52
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		412,62		82,52
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		412,62		82,52
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		412,62		82,52
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		412,62		82,52
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		412,62		82,52
Total da Categoria :					3.919,89		783,98

COMPETÊNCIA : 04/2004

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
317	1.007.551.057-7	GUIDO ARNOLDO VOGEL	01/04/2004		226,94		45,39
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		591,65		118,33
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		818,59		163,72
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		591,65		118,33
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		591,65		118,33
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		591,65		118,33
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		591,65		118,33
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		591,65		118,33
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		137,77		27,55
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		591,65		118,33
Total da Categoria :					5.324,85		1.064,97

COMPETÊNCIA : 05/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
317	1.007.551.057-7	GUIDO ARNOLDO VOGEL	01/04/2004		341,22		68,24
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		453,88		90,78
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		680,82		136,16
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		453,88		90,78
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		453,88		90,78
282	1.196.106.008-0	EGIDIO MOREIRA	01/10/2003		113,47		22,69
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		453,88		90,78
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		453,88		90,78
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		453,88		90,78
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		113,47		22,69
321	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/05/2004		226,94		45,39
271	1.704.151.882-3	NERI PAULO MISSIO	01/01/2003		226,94		45,39
Total da Categoria :					4.426,14		885,23

COMPETÊNCIA : 06/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		453,88		90,78
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		453,88		90,78
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		453,88		90,78
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		453,88		90,78
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		453,88		90,78
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		453,88		90,78
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		453,88		90,78
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		453,88		90,78

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

321	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/05/2004	453,88	90,78
Total da Categoria :				4.084,92	816,88

COMPETÊNCIA : 07/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		453,88		90,78
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		907,76		181,55
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		453,88		90,78
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		453,88		90,78
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		340,41		68,08
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		453,88		90,78
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		453,88		90,78
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		453,88		90,78
321	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/05/2004		453,88		90,78
325	1.901.533.603-5	VALMIR WAGNER	01/07/2004		113,47		22,69
Total da Categoria :					4.538,80		907,76

COMPETÊNCIA : 08/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		453,88		90,78
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		680,82		136,16
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		453,88		90,78
335	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/01/2001		453,88		90,78
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		453,88		90,78
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		453,88		90,78
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		453,88		90,78
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		453,88		90,78
321	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/05/2004		453,88		90,78
Total da Categoria :					4.311,86		862,37

COMPETÊNCIA : 09/2004

CATEGORIA : 19 - AGENTE POLITICO

Código	Pis/Pasep/Nit	Nome	Data de Admissão	Data de Afastamento	Remuneração	Aliquota RAT	Contribuição da Empresa
104	1.008.512.117-4	OLINDA RODRIGUES DOS	01/01/2001		453,88		90,78
149	1.076.471.423-3	JOAO NILTON VARGAS	01/01/1997		680,82		136,16
253	1.135.796.777-7	PEDRO MANTELLI	01/01/2001		453,88		90,78
254	1.195.973.684-6	BRAULIO ALVES CONSTAN	01/07/2003		453,88		90,78
269	1.230.432.048-3	CLAUDERI ROQUE PREUSS	01/01/2001		453,88		90,78
307	1.233.051.130-4	ALTAIR JOSE DE VARGAS	01/01/2001		453,88		90,78
105	1.246.005.036-6	ELVIDIO BRIETZKE	01/01/2001		453,88		90,78
139	1.263.083.570-9	IVANDRO CARLOS ROSSA	01/01/2001		453,88		90,78

CASTRO E DANTAS ADVOGADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA
RELATÓRIO - AGENTES POLÍTICOS IDENTIFICADOS POR COMPETÊNCIA
FILTRO : CATEGORIA 19 ATÉ 19

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 438	Rub. /

Emitido em: 28/09/2009 às 14:44:24

Página 10/10

321	1.704.151.879-3	MARISA BORGES DOS SAN	01/05/2004	453,88	90,78
Total da Categoria :				4.311,86	882,37
Total do Ano 2004 :				39.860,26	7.972,05

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:07
CCORGFIP - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG --
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario
09/2009		0	NAO CONSTA	0	NAO CONSTA	NAO CONSTA
08/2009		2	22.102,18	1	22.102,18	NAO CONSTA
07/2009		2	17.598,51	1	17.598,51	NAO CONSTA
06/2009		2	23.315,01	1	23.315,01	NAO CONSTA
05/2009		2	15.777,01	1	15.777,01	NAO CONSTA
04/2009		1	16.027,87	1	16.027,87	NAO CONSTA
03/2009		1	11.788,16	1	11.788,16	NAO CONSTA
02/2009		1	10.984,97	1	10.984,97	NAO CONSTA
01/2009		1	9.054,84	1	9.054,84	NAO CONSTA
13/2008		1	9.886,64	2	9.886,64	NAO CONSTA

(+/-/F) +

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:11
CCORGFIP - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG --
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario
12/2008		1	17.072,72	1	17.072,72	NAO CONSTA
11/2008		1	16.471,84	1	16.471,84	NAO CONSTA
10/2008		1	20.309,38	1	20.309,38	NAO CONSTA
09/2008		1	17.536,92	1	17.536,92	NAO CONSTA
08/2008		1	17.806,36	1	17.806,36	NAO CONSTA
07/2008		1	20.282,49	1	20.282,49	NAO CONSTA
06/2008		1	20.486,71	1	20.486,71	NAO CONSTA
05/2008		1	23.012,28	1	23.012,28	NAO CONSTA
04/2008		1	24.057,05	1	24.057,05	NAO CONSTA
03/2008		1	24.452,23	1	24.452,23	NAO CONSTA

(+/-/F) +

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:13
CCORGFIPI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG --	
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario	
02/2008		1	17.691,20	1	17.691,20	NAO CONSTA	
01/2008		1	15.773,11	1	24.502,46	NAO CONSTA	
13/2007		1	12.269,50	2	12.269,50	NAO CONSTA	
12/2007		1	24.502,46	1	24.502,46	NAO CONSTA	
11/2007		2	19.484,45	1	19.484,45	NAO CONSTA	
10/2007		1	20.274,41	1	20.274,41	NAO CONSTA	
09/2007		2	22.715,39	1	22.715,39	NAO CONSTA	
08/2007		1	20.342,14	1	20.342,14	NAO CONSTA	
07/2007		1	18.382,04	1	18.382,04	NAO CONSTA	
06/2007		2	17.151,54	1	17.151,54	NAO CONSTA	

(+/-/F) +

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:15
CCORGFIPI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG --	
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario	
05/2007		2	16.525,59	1	16.525,59	NAO CONSTA	
04/2007		2	12.526,53	1	12.526,53	NAO CONSTA	
03/2007		1	10.343,49	1	10.343,49	NAO CONSTA	
02/2007		1	13.327,52	1	13.327,52	NAO CONSTA	
01/2007		1	6.968,59	1	6.968,59	NAO CONSTA	
13/2006		1	9.972,86	3	9.972,86	NAO CONSTA	
12/2006		2	20.112,89	1	20.112,89	NAO CONSTA	
11/2006		1	17.819,88	1	17.819,88	NAO CONSTA	
10/2006		2	28.783,76	1	28.783,76	NAO CONSTA	
09/2006		2	23.237,92	1	23.237,92	NAO CONSTA	

(+/-/F) +

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:17
CCORGFI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993
----- GFIP(*) ----- GPS(*) ----- LDCG/DCG --

Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario
08/2006		2	24.779,60	1	24.779,48	NAO CONSTA
07/2006		2	23.576,09	1	23.576,09	NAO CONSTA
06/2006		1	22.071,00	1	22.071,00	NAO CONSTA
05/2006		2	23.302,83	1	23.285,18	NAO CONSTA
04/2006		2	18.287,80	1	18.269,47	NAO CONSTA
03/2006		1	18.024,20	1	18.024,20	NAO CONSTA
02/2006		1	17.022,61	1	17.022,61	NAO CONSTA
01/2006		1	12.820,61	1	12.820,61	NAO CONSTA
13/2005		1	12.118,80	2	12.118,81	NAO CONSTA
12/2005		2	17.951,92	1	17.951,92	NAO CONSTA

{+/-/F} +

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG

(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:19
CCORGFIP - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao: Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario
11/2005		2	17.141,15	1	17.141,16	NAO CONSTA
10/2005		2	18.260,42	1	18.260,43	NAO CONSTA
09/2005		2	15.380,09	1	15.380,09	NAO CONSTA
08/2005		2	15.748,56	1	15.765,16	NAO CONSTA
07/2005		2	18.764,51	1	18.764,51	NAO CONSTA
06/2005		1	16.302,08	1	16.348,52	NAO CONSTA
05/2005		2	17.415,73	1	17.415,73	NAO CONSTA
04/2005		2	13.466,81	1	13.466,82	NAO CONSTA
03/2005		1	12.669,87	1	12.669,89	NAO CONSTA
02/2005		1	10.491,59	1	10.491,64	NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:22
CCORGFIP - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao: Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario
01/2005		1	9.762,65	1	9.172,81	NAO CONSTA
13/2004		0	NAO CONSTA	1	5.478,71	NAO CONSTA
12/2004		1	11.458,57	2	8.678,75	NAO CONSTA
11/2004		1	11.798,28	1	12.396,95	NAO CONSTA
10/2004		2	15.139,86	1	16.791,80	NAO CONSTA
09/2004		2	15.398,73	1	15.398,75	NAO CONSTA
08/2004		2	13.679,60	2	17.085,58	NAO CONSTA
07/2004		1	12.936,76	2	17.708,93	NAO CONSTA
06/2004		2	12.331,15	2	15.719,61	NAO CONSTA
05/2004		2	12.010,86	1	12.010,89	NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

CCORGFIPI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:24						
Acao:						
Identificador 1	Inicio	Anterior	Origem	Desvio	Restaura	Fim
94726312000120	Comp: 092009	Situac: NORMAL				01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL						
Ini.At: 01/01/1993						
Compet	Marca	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Valor
		FPAS	A Recolher	Doc.	Liquido	Originario
04/2004		2	12.879,46	1	12.879,47	NAO CONSTA
03/2004		1	22.866,53	1	22.866,57	NAO CONSTA
02/2004		1	16.391,75	1	16.391,78	NAO CONSTA
01/2004		1	16.450,73	1	16.450,73	NAO CONSTA
13/2003		0	NAO CONSTA	4	10.025,10	NAO CONSTA
12/2003		1	16.103,66	4	16.103,67	NAO CONSTA
11/2003		2	12.545,67	1	11.748,87	NAO CONSTA
10/2003		2	12.583,30	1	12.583,31	NAO CONSTA
09/2003		2	13.784,08	1	13.784,09	NAO CONSTA
08/2003		1	14.622,19	2	15.376,31	NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:27
CCORGFIPI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:27						
Acao:						
Identificador 1	Inicio	Anterior	Origem	Desvio	Restaura	Fim
94726312000120	Comp: 092009	Situac: NORMAL				01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL						
Ini.At: 01/01/1993						
Compet	Marca	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Valor
		FPAS	A Recolher	Doc.	Liquido	Originario
07/2003		1	16.456,53	2	18.288,78	NAO CONSTA
06/2003		1	12.509,63	2	14.534,67	NAO CONSTA
05/2003		1	12.176,96	2	14.443,52	NAO CONSTA
04/2003		1	12.231,14	2	14.717,75	NAO CONSTA
03/2003		1	6.576,10	1	9.602,65	NAO CONSTA
02/2003		1	7.386,56	1	8.868,29	NAO CONSTA
01/2003		1	6.826,14	1	8.731,95	NAO CONSTA
13/2002		0	NAO CONSTA	1	8.021,11	NAO CONSTA
12/2002		1	15.310,24	2	10.637,13	NAO CONSTA
11/2002		1	8.893,81	1	10.568,62	NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

CCORGFIP - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao: Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
 Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
 Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			LDCG/DCG --	
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario	
10/2002		1	7.299,01	1	10.857,93	NAO CONSTA	
09/2002		1	6.698,90	1	8.725,97	NAO CONSTA	
08/2002		1	6.594,14	1	8.494,35	NAO CONSTA	
07/2002		1	6.331,94	1	7.911,65	NAO CONSTA	
06/2002		1	6.410,62	1	7.942,29	NAO CONSTA	
05/2002		1	6.830,49	1	8.264,01	NAO CONSTA	
04/2002		1	6.127,47	1	8.155,23	NAO CONSTA	
03/2002		1	3.888,00	1	5.722,16	NAO CONSTA	
02/2002		1	5.088,47	1	7.151,57	NAO CONSTA	
01/2002		1	4.546,91	1	6.473,10	NAO CONSTA	

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG (+/-/F) +
 (*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:32
CCORGFIPI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao: Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993
GFIP(*) GPS(*)

Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	-- LDCG/DCG -- Valor Originario
13/2001		0	NAO CONSTA	1	4.603,71	NAO CONSTA
12/2001		1	2.551,09	1	6.013,27	NAO CONSTA
11/2001		1	4.513,17	1	6.134,03	NAO CONSTA
10/2001		1	4.354,25	1	6.128,29	NAO CONSTA
09/2001		1	3.282,40	3	5.099,60	NAO CONSTA
08/2001		1	3.545,62	3	4.821,97	NAO CONSTA
07/2001		1	3.532,36	3	4.600,88	NAO CONSTA
06/2001		1	3.482,84	4	4.758,17	NAO CONSTA
05/2001		1	2.576,91	3	3.818,01	NAO CONSTA
04/2001		1	1.360,05	3	3.244,87	NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG (+/-/F) +
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

CCORGFI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	GPS(*)	-- LDCG/DCG -- Valor Originario
03/2001		1	1.341,69	3	3.014,81		NAO CONSTA
02/2001		1	1.728,36	3	3.101,57		NAO CONSTA
01/2001		1	1.195,40	3	3.251,84		NAO CONSTA
13/2000		0	NAO CONSTA	1	4.881,99		NAO CONSTA
12/2000		1	1.657,58	1	5.294,76		NAO CONSTA
11/2000		1	1.523,46	1	5.353,89		NAO CONSTA
10/2000		1	1.523,46	1	5.967,01		NAO CONSTA
09/2000		1	1.943,42	1	2.361,91		NAO CONSTA
08/2000 D		1	1.943,42	1	2.347,03		NAO CONSTA
07/2000 D		1	1.867,01	1	2.269,97		NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG (+/-/F) +
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

AGF03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:38
CCORGFI - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	GPS(*)	-- LDCG/DCG -- Valor Originario
06/2000 D		1	1.953,84	1	2.465,08		NAO CONSTA
05/2000 D		1	2.128,19	1	2.484,60		NAO CONSTA
04/2000 D		1	2.108,87	1	2.709,01		NAO CONSTA
03/2000 D		1	2.068,84	1	2.362,44		NAO CONSTA
02/2000 D		1	2.853,94	1	3.155,62		NAO CONSTA
01/2000 D		1	2.052,27	1	2.353,97		NAO CONSTA
13/1999 D		0	NAO CONSTA	1	1.855,14		NAO CONSTA
12/1999 D		1	1.508,80	1	2.039,47		NAO CONSTA
11/1999 D		1	1.508,80	1	1.791,49		NAO CONSTA
10/1999 D		1	1.590,84	1	1.966,13		NAO CONSTA

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG (+/-/F) +
(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 442	Rub. /

AGU03.52 MF/RFB - SISTEMA DE ARRECADACAO - DATAPREV 22/09/2009 15:42:40
CCORGFIIP - CONSULTA VALORES A RECOLHER X VALORES RECOLHIDOS X LDCG/DCG

Acao:

Inicio Anterior Origem Desvio Restaura Fim
Identificador 1 94726312000120 Comp: 092009 Situac: NORMAL 01/01/1993
Nome: MUNICIPIO DE BARRA DO GUARITA - PREFEITURA MUNICIPAL Ini.At: 01/01/1993

GFIP(*)			GPS(*)			-- LDCG/DCG --	
Compet	Marca	Qtd. FPAS	Valor A Recolher	Qtd. Doc.	Valor Liquido	Valor Originario	
09/1999 D		1	1.592,75	1	1.929,98	NAO CONSTA	
08/1999 D		1	1.592,75	1	1.905,40	NAO CONSTA	
07/1999 D		1	1.661,31	2	2.122,56	NAO CONSTA	
06/1999 D		1	1.680,31	1	2.014,41	NAO CONSTA	
05/1999 D		1	1.612,35	1	1.963,72	NAO CONSTA	
04/1999 D		1	1.674,56	2	2.628,44	NAO CONSTA	
03/1999 D		1	1.541,01	1	1.900,73	NAO CONSTA	
02/1999 D		1	2.212,56	2	10.435,02	NAO CONSTA	
01/1999 D		1	1.532,03	2	7.055,21	NAO CONSTA	
13/1998 D		0	NAO CONSTA	0	NAO CONSTA	NAO CONSTA	

(+/-/F) +

Marca: B=Rebatimento R=Retificadora nao Processada I=IP D=NFLD/LDC/LDCG/DCG

(*) NAO INCLUI GFIP RECL.TRAB. NEM GPS RECL.TRAB./ RETENCAO 9711

Window AGUIA/1 at DTPSPMV2